



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 20 DE ABRIL DE 2010

Acta n.º 6

Ao vigésimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:15 horas, na sala de reuniões do edifício da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, por convocatória de oito de Abril e Aditamento de quinze de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 25/11/2009 e 17/12/2009; -

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sobre a reclamação apresentada pelo munícipe Luís Magalhães e exposição do Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, referente ao Caminho da Semina sito em Olhos d'Água, nos termos da alínea q) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de um circuito de transportes urbanos entre Albufeira e Ferreiras, nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da implantação de Aeródromo no concelho de Loulé - Servidão de Passagem , nos termos da alínea b) do n.º 3 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2009, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2009, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----



PONTO NONO: Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Albufeira, nos termos da alínea b) do art. 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

PONTO DECIMO: Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2009, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DECIMO PRIMEIRO: Apreciação e eventual tomada de posição, da Inspeção Ordinária sectorial ao Município de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DECIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Abastecimento de Água do Município de Albufeira - Alteração , nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

ADITAMENTO: -----

PONTO DECIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento do projecto "Educação no Verão", nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DECIMO QUARTO: Apreciação e deliberação, por delegação de poderes da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal, do fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, a granel e em postos de abastecimento, pelo período de dois anos, ao abrigo do acordo quadro nº002, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do art. 22º da Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Vítor Manuel Clemente da Silva (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Luís Filipe Mendonça dos Reis (PS), Ramiro José Nunes Fernandes (BE), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), os Presidentes das Juntas de Freguesia, Helder Manuel Rodrigues Sousa (Albufeira), Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente (Ferreiras) e José Cabrita (Guia), Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita (Olhos d'Água) e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne Valério Fernandes Lourenço Brito. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara (22:00h), Desidério Jorge da



Silva (22:00h), dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Martins Rolo, Carlos Sérgio Freire Quintino, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro (21:35h). -----

FALTAS: Maria do Rosário Calvino Charrua (BE). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo Membro Rosário Charrua, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o Membro Ramiro Fernandes. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão a dar posse aos elementos do Conselho Municipal de Segurança de Albufeira, em falta a quando da tomada de posse do referido Conselho (doc. anexo). -----

De seguida, inicia o período destinado aos munícipes. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Jorge Castro Lopes (Olhos d'Água) - "Boa noite a todos. Quero agradecer ao Presidente da Mesa da Assembleia a oportunidade que me dá de colocar aqui algumas questões que me dizem particularmente respeito, mas que terão que ser dirigidas ao Sr. Vice-Presidente da Câmara porque o assunto diz mais respeito ao executivo camarário do que à Assembleia Municipal. A questão que me trás é a seguinte: eu tenho uma moradia desde 1974, dentro do perímetro da Aldeia das Açoteias. A Aldeia das Açoteias como sabe, até porque ultimamente lhe têm chegada algumas exposições à mão, foi construída com base num alvará de loteamento dos anos setenta e dois, setenta e três. Foi dentro desse alvará que a minha casa foi edificada e que me foi vendida. Posteriormente, em oitenta e seis, oitenta e oito, com um novo alvará de loteamento, esse novo alvará permitiu destacar áreas dentro do perímetro da Aldeia, três lotes onde foi edificado, nos finais dos anos oitenta o prédio da **Sagitur**, com cerca de vinte e oito apartamentos e onde foi, mais tarde, edificado o aparthotel, hoje denominado Hotel Alpinos. Com base nesse alvará, que não foi mais do que um destaque de áreas sobrantes da matriz inicial do alvará dos anos setenta, o promotor, na altura **Turim Clube Portugal**, entretanto empresa falida, cedeu à Câmara, foi uma das condições que a Câmara impôs para autorizar esse destaque dessa alteração do loteamento, cerca de três hectares, vinte e sete mil metros quadrados, que compreendem tão só as estradas, as zonas verdes, os arruamentos, etc. Verifiquei, há pouco tempo, que a Câmara nunca assumiu a titularidade desses espaços. Hoje a Aldeia está cercada, tem portões de acesso, não sei com que legitimidade, sempre que quero entrar na Aldeia sou confrontado com seguranças que me perguntam quem sou, para onde vou, de onde venho, matrícula do meu carro. Eu não estou disposto a isso porque a minha casa é uma casa plena, foi comprada em setenta e oito com cerca de mil metros quadrados de jardim, casa própria e, sou confrontado com algumas "restrições" que na práticas elas não se efectuam mas, não deixam de me incomodar, no dia a dia quando entro e quando saio. Sei que, há coisa de dois, três anos, uma empresa imobiliária lisboeta comprou a massa falida da Turim Clube Portugal, massa essa que era composta por cerca de setenta apartamentos, uma moradia e toda a área comercial afecta à empresa **Turim**, centro de congressos, a mesquita, a discoteca, o infantário, etc. Tudo



o que era fracções habitacionais venderam e ficaram com a manta composta pelo supermercado, mesquita, tudo aquilo que não era afecta a dormidas. Sei que em 2008 meteram na Câmara um pedido de viabilidade de um novo empreendimento que tinha como fim a demolição de toda essa manta comercial, que está inserida num alvará de loteamento, e construir apartamentos. Mais, sei que também pretendiam nessa construção, pós demolição, ocupar áreas verdes que são áreas verdes da Câmara, que a Câmara até à data ainda não tomou posse. Sei também que existe uma associação de proprietários, associação essa que levou este assunto a uma assembleia geral, há uns tempos, só que três meses antes o presidente da associação, de forma abusiva e ilícita, fez chegar a esse processo uma carta a dizer que os proprietários estavam desejosos desses empreendimentos, inclusivamente, estavam dispostos a ceder áreas verdes. Ora, o Sr. Presidente da associação não tem qualquer legitimidade. Já agora posso-lhe dizer que, entretanto, foi criada uma associação de moradores. Vamos ter várias intervenientes, a associação de proprietários e a associação de moradores e se calhar outras associações que possam vir a surgir. A pergunta clara que lhe deixo, para uma resposta que penso que me poderá dar, eu pus há uns meses essa questão à Câmara Municipal e a Câmara disse, "tudo bem, estamos à espera de uma certidão do Tribunal de Comércio de Lisboa, onde seja atestada a falência do Turim." Com base nessa certidão, então a Câmara por forma administrativa pode vir a tomar conta dos tais vinte e dois mil metros quadrados, que na altura não assumiu. E a questão é esta: constasse que essa associação com a tal empresa chamada **Maxire** e com a Câmara, isto faz parte de circulares que eles têm distribuído aos proprietários, que este triângulo está a promover uma alteração ao loteamento. Nada poderá ser feito em termos de Câmara Municipal, de vincularem proprietários que não são tidos nem achados neste processo. E aquilo que lhe peço como município e cidadão, é que a Câmara esteja atenta e que reassuma, rapidamente, essa manta verde que já devia ter assumido há uma pipa de anos. Posso lhe dizer mais, que as infraestruturas que entretanto alguém foi investindo, são infraestruturas em termos de regas, abastecimento de água, e penso que não é um custo exagerado para a Câmara assumir a titularidade desses espaços, até porque são cerca de quatrocentas fracções, só em imposto autárquico estão a contribuir, penso eu, neste momento, com uma receita líquida para o município de umas centenas de milhares de euros, onde o município praticamente não tem custos, limita-se, e bem, a mandar o carro do lixo tirar os lixos, fazer algumas manutenções em termos de esgotos. Eu ponho-lhe esta questão: têm-me dito que os esgotos, a Câmara nunca os assumiu. Eu tenho nas minhas facturas que pago à Câmara para abastecimento de água, facturas estas que compreendem abastecimento de água, resíduos líquidos e sólidos. Queria fazer-lhe uma pergunta muito clara, porque o dossier está nas suas mãos, ou parte dele, o que é que se passa depois de a Câmara ter recebido do Tribunal de Comércio de Lisboa a célebre certidão da falência da Turim para que a Câmara possa assumir, efectivamente, a posse administrativa daquilo que devia ter feito há mais de vinte anos, que não é culpa deste executivo." -----




João Ferreira (Olhos d'Água) - "Boa noite. Queria só passar uma informação daquilo que se passa na praia. Agora vai abrir a época balnear, os acessos ao areal da praia estão degradados, a rampa de acesso para os deficientes e outras não têm condições. Tem de haver uma limpeza na praia também. Era para saber em que ponto, estamos. Vamos fazer o acesso à área concessionada mas, o acesso ao areal está impedido devido às condições atmosféricas no Inverno. Gostaria de saber se vai ser feito o arranjo, ou a limpeza, visto que a época balnear está próxima." -----

José Américo Crisóstomo - "O meu problema, são os esgotos pluviais da Vila Olímpica. Os esgotos vão para essa linha de água. Já há muitos anos que aviso e continua na mesma. No Verão **despejam** para lá os esgotos das lavandarias e não se suporta o mau cheiro. A Câmara já lá foi mas não deu em nada. Outra questão. Pedi para alcatroarem a estrada mas só vão tapar os buracos. Eu também lá andei a tapar, com cimento e brita. Quando foram lá tapar os buracos, tinham-me dito que eu tapava com cimento, fica melhor, porque agora está tudo a levantar. É o que tenho a dizer, por causa dos turistas que passam lá. Já fiz o pedido à Câmara através de cartas registadas e até hoje não foram lá. Quando o carro da limpeza vai lá, é só pó, porque levanta a brita toda." -----

Carlos Ventura - Apresenta intervenção (doc.1). -----

[illegible]

13



9



minimamente, a nível de loteamento do concelho. Alguns deles, e aquele é um dos casos mais gravosos que existe no concelho, ainda não foram recepcionados pela Câmara. Muitos deles não têm garantias suficientes para que o município realizasse as obras de infraestruturas que estarão em péssimo estado. Diz-me que, talvez não seja muito a questão do saneamento, eu penso que será tudo. O mesmo se passa numa zona que é mais citadina, que é aquela zona toda do Montechoro, do Hotel Montechoro. Está praticamente na mesma situação, embora seja uma zona completamente diferente. Este facto de haver uma associação de moradores, em que numa reunião de câmara pública esteve presente um Senhor que falou precisamente na criação de uma nova associação. Não sei se será bom, essa divisão. Se calhar tentaram resolver as coisas da melhor maneira e quando isso não é possível, tem de se tomar as devidas medidas. O que lhe posso dizer é, temos de ter em conta os proprietários, obviamente. Os proprietários não são apenas a **Maxirente** ou a associação de moradores. Há ali umas divisões que serão um pouco difíceis de colmatar com o consenso de todos porque uns acham que a mesquita deve ser demolida, outros acham que não. Uns acham que a sala de congressos deve ser demolida, outros acham que não. Há ali uma série de situações que são contraditórias, chocam umas com as outras. Teremos, com certeza, de chegar a uma base de entendimento, evidentemente com a câmara municipal e dentro de algum tempo e espero que não seja muito, teremos de fazer uma reunião, fala-se com o Presidente também, para com o gabinete de planeamento, chegar a um fim dessa situação da Aldeia das Açoteias. É a única coisa que lhe posso prometer neste momento. Pormenores não sei muitos. Disse agora, prometo promover uma reunião para estudarmos o assunto, com a **Maxirente**, com a associação, com a nova associação e alguns proprietários que provavelmente não são associados de nenhuma das associações. Não será muito fácil mas penso que é possível. O Sr. João Ferreira falou da rampa de acesso à praia. Daquilo que sei, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia mostrou-me aqui um conjunto de comunicações que fez, quer para a câmara municipal, quer para a entidade que faz a gestão daquela zona, a ERH, Entidade da Região Hídrica. O tempo é um exagero, a época balnear está-se a aproximar. Eu penso que o Vereador Sequeira poderá reforçar um pouco aquilo que se pode fazer junto da ERH para o mais rapidamente possível se resolver aquele problema." -----

Vereador José Sequeira - "Como o Sr. Vice-Presidente já o disse, aquele espaço é da competência da ERH. Como a ERH não está a demonstrar a rapidez necessária, nós vamos intervir. Em relação à rampa do Varadouro vamos intervir já na próxima semana. Em relação à rampa de madeira, já está devidamente orçamentada e vamos iniciar a obra. A rampa foi orçamentada exteriormente e a pintura será efectuada pelos serviços internos da câmara. Como sabem a abertura oficial da época balnear vai ser no dia 15 de Maio, nós estamos sensibilizados para essa situação e, devidamente, vamos ter as obras executadas até essa data. É o nosso compromisso. Posso adiantar também que, amanhã vêm os técnicos da ERH visitar alguns locais e um deles será exactamente este." -----



Jorge Castro Lopes (Olhos d'Água) - "É só para fazer uma pergunta que o Sr. Dr. José Rolo, se calhar, por lapso, não respondeu. É uma resposta muito simples. É sobre a posse administrativa que a câmara já devia ter feito, há uma série de anos, dos tais vinte e seis mil metros quadrados, de acordo com as condições de um loteamento que a Câmara legalizou. Se me poderia dar a indicação. Ou não há nada de momento, ou se está nos horizontes da Câmara assumir aquilo que contratualizou? Quero lhe dizer uma coisa Sr. Vice-Presidente. A minha casa foi comprada de acordo com um determinado loteamento, com determinadas características e com uma determinada matriz, não só da minha casa mas as casas circundantes. Qualquer alteração agora, de casas ou estabelecimentos comerciais, que venham a ser desvirtuadas, de passarem de áreas comerciais para áreas urbanas, primeiro, vai saturar, com uma carga humana, todas as infraestruturas, qualquer destruição de infraestruturas de áreas comerciais para áreas habitacionais vai criar uma sobrecarga humana dentro do aldeamento. Segundo, vai entrar em distorção com a matriz que me foi vendida. Quando comprei, comprei a minha casa inserida num determinado loteamento, que tinha uma zona comercial, tinha isto e tinha aquilo. Qualquer alteração, eu tenho de ser uma parte activa para me pronunciar. E não as tais chapeladas com as tais associações que reúnem meia dúzia de associados, se calhar a troco de não sei quê. Há tempos, eu fiz-lhe uma exposição dizendo que aquilo que tinha sido levado a uma assembleia geral, já tinha sido dois meses antes, através de uma atitude unilateral do Sr. Presidente da associação vinculada à associação sobre temas que levou dois meses depois, cuja assembleia não foi conclusiva. Aquilo é uma manta de retalhos. Só lhe peço, assumir aquilo que foi contratualizado em determinada altura através do alvará de loteamento de oitenta e oito e, qualquer coisa que venha a desvirtuar, a parte comercial para parte habitacional, não se esqueça que vai criar uma carga adicional, se calhar as infraestruturas não aguentam. Faço novamente a pergunta, o Sr. Vice-Presidente não me respondeu: se a Câmara está a curto prazo vocacionada para assumir esses vinte e seis mil metros quadrados, que são ruas, estacionamento, etc., ou não? Porque se não, eu e outros proprietários teremos de agir de outra forma e, não queríamos ir por aí, porque acho que a Câmara está de boa fé e foi apanhada agora um pouco de surpresa com esta situação." -----

Vice - Presidente Carlos Rolo - "Queria responder ao Sr. José Crisóstomo. Penso que é uma questão bem identificada, os esgotos e o caminho. O Sr. Vereador Carlos Quintino falará consigo para o informar sobre toda essa situação. Quanto ao Sr. Jorge. Espero que nessa dita reunião que falei há pouco que iria promover, tudo isso terá que ser discutido. Se calhar não há outra hipótese a não ser a Câmara assumir alguma coisa. Se calhar. Não sei o que será possível fazer ali. O importante era haver alguma união entre os moradores, mas penso que isso cada vez está mais impossível. O que a Aldeia das Açoteias era em tempos dificilmente o vai ser. É pena mas é assim mesmo." -----



Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa ao período destinado aos Membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Luís Reis - Apresenta intervenção (doc.2). -----

Ex^{mo} Senhor
Presidente da Assembleia
Municipal de
Albufeira

Recibo diariamente informações críticas e pedidos de apoio aos vários problemas que a seguir apresento:

1. A falta de um canal já há muito previsto em vários orçamentos. Desejam, saber a data exacta de construção.
2. Largo Engenheiro Duarte Pacheco e zona envolvente é ponto privilegiado de assaltos.

Os comerciantes, habitantes reflectem o medo da falta de patrulhamento entre as 24h e as 6h.

Argumenta a C.M. de Albufeira a falta de efectivos da G.N.R., para quando uma acção real afim de termos uma protecção eficiente.

3. Existe uma fonte sem funcionamento frente ao antigo cinema. Dezenas de pessoas tem caído e sujeitos a tratamentos hospitalizares.

Larga percentagem são estrangeiros. Para quando a reposição do pavimento e respectiva destruição deste lamentável monumento?

4. A Rua do M.F.A. e Rua Alves Correia estão num estado lastimoso(passeios alcatrão, iluminação) muitos são os comerciantes que nessas ruas tentam o seu futuro abrindo falência após breves meses.

O abandono é de já lá vem apesar das promessas dos vários representantes Camarários de ser já para amanhã. Para quando a intervenção prometida para fim das obras da Polis.

5. Para quando o retirar e substituir todas as palmeiras e seu triste espectáculo?
6. O célebre edifício na Av.da Liberdade construído pelo falecido José Bento continua a dar as boas vindas. Pergunta-se Albufeira deve ficar sujeita a tal degradação, e porque não é expropriado pela C.M.A.?
7. Junto foto de construção de um compartimento na via publica pelo grupo Saraiva.

Os moradores estrangeiros deste beco em São Rafael estão pasmados com a situação pensando recorrer aos tribunais.

8. A C.M.A. tem de tomar atitudes impondo um controlo de espaço utilizado pelos promotores de restauração de timo sharing e vendedores ambulantes que não colida com o natural movimento dos turistas no Largo Eng. Duarte Pacheco. A anarquia que as entidades remetem o centro antigo de Albufeira é digno de cartão vermelho pelas empresas promotoras de Turismo estrangeiras. Não há geminações que salvem Albufeira deste quadro de 3 mundo.

9. Na Rua M.F.A. existem 2 prédios que mostram a falta de estatuto a que infelizmente Albufeira foi votada.

A fachada do nº 28 e 26 estão miseráveis para quando uma pintura.? É impensável que a capital do Turismo de massas apresente uma via com prédios neste estado.

10. Para quando o arranjo do alcatrão na zona de passagem de peões quem vem dos bombeiros em direcção à C.M.A. e vira para a rua António Aleixo.

Agradeço resposta a todos estes pontos afim de poder comunicar aos interessados que formulam todas as situações atrás levantadas.

Atenciosamente

15



Antes da construção da via pública.



Pompeia de implantação desta construção na via pública.



Implantação da construção na via pública.



Construção na via pública

26



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa a palavra à Primeiro-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. ----- Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia dá início à ordem de trabalhos. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 25/11/2009 e 17/12/2009; -----
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Alguns Membros apresentam pequenas correcções, mínimas, às actas, que serão efectuadas posteriormente. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca as actas a votação. -----

VOTAÇÃO: Acta de 25/11/2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Pedro Farinha -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO: Acta de 17/12/2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Francisco Oliveira e Ana Oliveira. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

A acta foi aprovada por maioria. -----



PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sobre a reclamação apresentada pelo munícipe Luís Magalhães e exposição do Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, referente ao Caminho da Semina sito em Olhos d'Água, nos termos da alínea q) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - "Em relação à questão do caminho em causa, o parecer jurídico baseia-se na "ficha esquemática relativa ao caminho". Esta ficha esquemática, quanto à consulta de registos, diz que tal caminho não está confirmado como público pelo Instituto Geográfico Português. A simbologia observada, traço e tracejado, tem o significado de caminho para carros. A mesma ficha esquemática, quanto à verificação no local, diz que: Não existem valados contíguos ao caminho; Quanto ao desenvolvimento do caminho que trata de caminho com um desenvolvimento de cerca de 300 m. Sem caída. Desenvolvia-se no interior de dois terrenos. Dava acesso a uma habitação, contudo foi interrompido com a construção de moradias do loteamento com o alvará 14/84, sendo o acesso à habitação feito agora através dos arruamentos do loteamento. Diz ainda que é desconhecido o tempo estimado de utilização do caminho, que não existem infraestruturas, e que é desconhecido a entidade responsável pela actual manutenção do caminho se aplicável. Conclui-se no parecer jurídico face aos pressupostos da supra mencionada ficha técnica que *«não pode esta edilidade, sob pena de usurpação de poder, por consubstanciar o exercício de função jurisdicional, decidir se essa parcela de terreno será um caminho público, acabando até por dirimir litígio entre interessados envolvidos...»* Para chegar a esta conclusão diz-nos antes, o parecer jurídico que: *"Consultada a ficha esquemática da natureza dos caminhos, elaborada pela Rede Viária e Trânsito, o caminho não consta como público, quer nos Registos do Instituto Geográfico Português, quer nos registos desta edilidade. Assim, não constando o caminho em análise dos registos desta edilidade, o mesmo não pode ser considerado público." (...)* Da ficha esquemática relativa ao caminho que ora se analisa, somos chegados à conclusão que o mesmo não teria saída, e apenas dava acesso a uma habitação. Parece-nos, portanto, que o caminho em causa não estava vocacionado para o uso directo e imediato do público indiscriminado, dado que visava um universo pessoal limitado, ou seja, todos aqueles que pretendessem aceder à única propriedade que o caminho servia. Assim sendo, o caminho visava a prossecução de interesses fundamentalmente privados, razão pela qual, e salvo melhor opinião, nos parece se não configurar tal caminho como público." O parecer jurídico refere ainda o Assento do



Supremo Tribunal de justiça de 19.04.89, segundo o qual são públicos, os caminhos que, desde tempos imemoriais, estão no uso directo e imediato do público, para fins de utilidade pública. Temos a reclamação do senhor Luís Magalhães que diz que a questão assenta na tentativa de eliminação dum velho acesso à praia no lugar da Semina, por urna realização imobiliária. Não se fala na reclamação de qualquer servidão privada ou particular, mas sim de um acesso "antiquíssimo" à praia. Temos por outro lado o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Olhos de Água a dar conhecimento a esta Assembleia Municipal, que enviaram «*comunicação aos responsáveis pelo empreendimento Alfagar, mandando retirar o portão que está a tapar indevidamente o Caminho Público, da Seminu à Praia do Vede da Inglesa, bem como repor o alcatrão conforme estava*». Temos também um abaixo assinado dizendo que tal caminho é público, com 18 assinaturas, urna declaração do Senhor Gregório Bento Vieira no mesmo sentido e um cópia da acta da Assembleia de Freguesia de Olhos de Água de 30-12-1999 que se refere àquele caminho como público. É isto, meus senhores, em suma, que há para analisar e decidir." -----

E passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Indaleta Cabrita - Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - "A pedido do Dr. Carlos Silva e Sousa, recebemos aqui na Junta um pedido de parecer sobre o caminho em questão. Como devem calcular, para mim foi um pouco, não diria difícil, mas um pouco delicado, porque tive de ir atrás, até 2008, saber o que é que já tinha sido feito aqui na freguesia em relação ao dito caminho. Tendo conhecimento de todas as diligências que o anterior executivo tinha feito, eu penso que dei continuidade ao trabalho iniciado e, tentei junto de algumas pessoas mais idóneas e que moram nesta freguesia desde sempre, setenta, oitenta anos, o Sr. Gregório que estava aqui há pouco mas que já saiu, o Sr. Dionísio que está presente é uma das pessoas que assinou este abaixo-assinado. Eles fazem prova de que, desde há oitenta anos, as pessoas sempre passaram por aquele caminho. O Sr. Dionísio, foi um dos fregueses que apresentou uma queixa nos nossos serviços, a dizer que o caminho por ele era considerado público, uma vez que desde sempre se lembra de ter passado por ali, inclusive para irem à pesca. Este caminho dava acesso a uma escola. Portanto, todos os indicadores que a Junta encontrou, todos os contactos que fez, uns não se importaram de deixar o registo por escrito, daí que nós enviámos à Assembleia Municipal um abaixo-assinado e uma declaração do Sr. Gregório em como atesta que é público. Eu relembro para quem não conhece o Sr. Gregório que, ele tem oitenta e quatro anos, nasceu naquele local e faz essa mesma afirmação. Os outros senhores são um bocado mais novos, mas também para eles aquele caminho é público pelas razões que atrás já referenciei. É tudo aquilo que eu tenho a dizer em relação ao que executivo da Junta fez na tentativa de ajudar, penso eu, a esclarecer esta situação." -----

Vitor Clemente - "Falando sobre o caminho da Semina. De facto, é um caminho público, não existe situação nenhuma para colocar isso em dúvida. Recorda-me essa situação através de um munícipe que mora neste concelho, o Álvaro Vieira, que me levou lá, já há uns anos, era eu Vereador e tinha o pelouro das acessibilidades. Verifiquei esta



situação, em que dada altura uma pessoa ali daquela zona colocava umas pedras para que as pessoas não pudessem lá passar de bicicleta para irem à pesca. Sempre foi. E ele, Álvaro, testemunha que, já no tempo do pai e do avô, já aquilo era utilizado como caminho de utilização. É certo que não tem saída. Tem saída para a praia, para a ribanceira. Não está nos registos cartográficos, talvez por razões diversas que não sabemos, há muitos sítios que dão acesso a praias que não estavam registados, hoje, felizmente, já começam a ficar registados. Mas, a memória para certas pessoas tem uma durabilidade grande, para outras é muito curta. Mas, o empreendedor, que é dono daquele terreno, que fez ali uma urbanização, deveria ter tido o cuidado de deixar aquele espaço livre para utilização pública, em respeito às pessoas. Também li nestes documentos, como os caros membros da Assembleia, que o portão foi colocado por imposição do Ministério do Trabalho, por causa de um acidente que houve. É uma não verdade. Porque a situação do Ministério, em termos de inspecção, não manda fechar, nem abrir, nem colocar portões. Mas dizia eu, já no decorrer dos anos em que eu estava como Vereador e tinha a responsabilidade dessa área, foi feito uma manutenção àquele caminho, através do Sr. Narciso. Nessa altura, em tempos que já lá vão, quando o Presidente era Xavier Xufre, pouco ou nada se registava em termos de caminho, porque a nível de encarregados e operadores, eram tão poucos que não tinham a aptidão de deixar as coisas por escrito, é nesse sentido que os técnicos responsáveis por esta área na Câmara dizem que não têm documentos. Não têm, mas se alguém possa testemunhar isso, é o Sr. Narciso, porque fez sob minha indicação na altura. Por isso é um caminho público, ao votarmos, votaremos neste caso, como caminho público." -----

Francisco Calhau - "É apenas para dizer que, da parte do PSD, não há dúvidas nenhuma de que o caminho é público." -----

Presidente da Assembleia - "Eu tenho aqui uma proposta de deliberação, que pode ser alterada, e que diz mais ou menos isto: que a Assembleia delibere "*Considerar, tal como a Junta de Freguesia de Olhos d'Água, que o caminho é público porque desde tempos imemoriais foi afecto ao uso público e de acesso à praia.*" Ou seja, eu não posso aceitar, de forma alguma, que me digam que o caminho não tem saída, porque se ele sai de uma zona pública e chega a outra zona pública, que é a praia, ou a rocha do mar, então tem saída. Mal de nós, se todos os caminhos principais de Albufeira que iam dar à praia ou rocha do mar fossem considerados como não tendo saída. Iam todos dar a zona pública, que é a praia. Portanto, não posso engolir isso de maneira nenhuma. O caminho vai dar à praia, ou às rochas, as pessoas depois descem, vão à pesca e fazem o que quiserem. Mais, se lerem aquela ficha técnica, não assinada, a que se refere o parecer jurídico, existe contradição porque, há um registo cartográfico, que até diz que a simbologia observada, que não é no terreno, é no mapa que está aqui, é de traço e tracejado, significa caminho para carros. Portanto, há documentação. Poderá não haver no Instituto Geográfico Português, não ponho isso em causa, mas há documentação sobre isto. Também, me parece que, dizer "sem saída", não aceitável; tinha que dizer-se onde é que desemboca, numa parede, em qualquer lado; "sem saída" é uma conclusão e quem está aqui para tirar conclusões é a Assembleia Municipal, mais ninguém. Eu,



conclusões, dispenso-as todas! Eu quero é factos, para que nós possamos concluir. Aqui diz "dava acesso a uma habitação" e o consultor jurídico diz, "dava acesso apenas a uma habitação", com base apenas nisto que aqui está. As pessoas têm de ter cuidado a fazer pareceres, indagar e ver todo o processo. Mas não estou aqui para censurar ninguém. Então, a proposta é: *"Considerar, tal como a Junta de Freguesia de Olhos d'Água, que o caminho é público porque desde tempos imemoriais foi afecto ao uso público e de acesso à praia. 1. Recomendar à Câmara Municipal de Albufeira que mande retirar de imediato o portão que impede a circulação no caminho; Que mande que a obra em causa seja vedada na zona do caminho, para salvaguarda das pessoas que ali circularem e que seja reposto o pavimento."* Porque, se repararam, na reclamação que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água nos manda, ela diz aqui, preto no branco, que o alcatrão foi retirado. Se retiraram, ponham-no de volta. A minha proposta é esta, está à discussão." -----

Indaleta Cabrita - Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - "A primeira referência que nós temos na Junta de Freguesia em relação a este caminho, à denominação do caminho público ou privado, data de 1999. Já em 1999 se faz referência a este caminho. Como diz aqui, *"aos trinta dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e nove"*, a Assembleia de Freguesia referia este caminho como caminho público. Dizia assim: *"Foi solicitado ao Presidente da Junta de Freguesia que tratasse do caminho público do Alto da Semina que foi danificado por um cidadão"*." ---

Carlos Gabriel - "É apenas para referir que, eu a partir do ano de 1988 trabalhei doze anos no loteamento em frente deste caminho que é o Balaia Village e sempre conheci este caminho com o acesso junto ao pinheiro antes da arriba, onde os carros e motorizadas iam dar a volta. Esse caminho depois foi alcatroado pela Câmara. Sou testemunha de como esse caminho existia." -----

Vitor Clemente - "É para reconfirmar aquilo que o Carlos Gabriel acaba de dizer. Talvez as pessoas que mais frequentam os Olhos d'Água tivessem visto, possivelmente, ainda o ano passado, o mais tarde há dois anos, carros estacionados naquele caminho. Eu também, com a idade que já vai avançada, sempre vi lá carros estacionados, mais concretamente, no período de Verão. O período de Inverno, nos anos 60/70, era mais dedicado à parte de pesca. A nossa proposta é: o Caminho da Semina é público, com recomendações à Câmara Municipal para que seja retirado, de imediato, o portão." -----

Francisco Calhau - "Subscrevemos inteiramente a proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal." -----

Luís Reis - "É só para felicitar a sua proposta, do Presidente da Assembleia. Todos os Membros considerarem a defesa de um caminho que dá acesso a uma praia pública, que é algo que deve ser, constantemente e permanentemente, defendido." -----

Francisco Oliveira - "Pedia um pequeno esclarecimento ao Sr. Presidente da Assembleia ou Sra. Presidente da Junta. Na fotografia que tenho aqui vejo uns candeeiros, lateralmente, a seguir ao portão. Estes candeeiros são públicos?!" -----

Indaleta Cabrita - Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - "Não lhe sei dar essa resposta." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: uma (01) Paulo Freitas -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para prestação de serviços de um circuito de transportes urbanos entre Albufeira e Ferreiras, nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho; ----
Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Luís Reis - "Ao ler o processo sobre este novo circuito deste concurso público, além de todo o circuito que é aqui mencionado, os horários, menciona também, em determinada altura, os abrigos e a sinalética que são da responsabilidade de quem ganhar este concurso público e o realizar. Isto é uma questão paralela, contudo, tem a ver também com o bem-estar e a protecção que os utentes, neste caso, não têm, no circuito do Giro. O Giro, em muitas das paragens, não tem protecção de abrigo, quer para o sol, quer para as intempéries, quer para a chuva. Sei e vejo que há muitos deles em paragens mais dentro do centro urbano e, muitas delas não têm. Alertava para que, há escolas mais distanciadas do centro urbano, cujo as crianças não têm abrigo." -----

Vitor Clemente - Apresenta intervenção escrita (doc.3). -----



PONTO Nº 4 ... CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS " CIRCUITO TRANSPORTE URBANO ALBUFEIRA VS FERREIRAS.

5.

É certo o que está em causa PARA QUE ESTA Assembleia se pronuncie é o facto de os valores em causa decorrerem pelo período de 10 anos, o que obriga o executivo solicitar à Assembleia Municipal a sua autorização conforme decorre no n.ºs 1 e 6 do art.º 22 Dec-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Esta é uma das atitudes do executivo que peca por tardia, mesmo considerando os alertas da Junta de Freguesia de Ferreiras no passado recente, conforme ofícios desta, mas como diz o ditado " mais vale tarde que nunca ".

Mas pelo facto deste concurso ter que subir ao órgão deliberativo, cabe-nos neste momento de alertar o executivo para algumas das situações:

- O valor anual em causa é valores elevados para o circuito. A razão que nos leva é que não temos presente o estudo económico/financeiro do dito circuito, para uma melhor ponderação daquilo que estamos a discutir e consequentemente de votarmos;

- É visível que no circuito descrito na proposta para o concurso, esteja o executivo a criar até ao Parque de campismo uma sobre proposição em quatro paragens o que se manter criará

Mais custos para os municípios / Câmara Municipal.

- Seria conveniente para que no processo do concurso viesse o executivo a considerar como autocarro movido a GAS, que sendo menos poluente para a defesa do ambiente

Utilizando este espaço nesta matéria, e dado que estamos na Freguesia dos Olhos de Água, seria da Câmara Municipal, considerar para esta freguesia um circuito urbano, considerando que está dotada de uma população activa de alguns milhares de residentes e sendo de facto a freguesia mais turística do Concelho, onde se situa o maior número de camas turísticas, vindo a obter uma maior utilização como factor de diminuição dos custos a suportar pela Câmara Municipal/municípios. É certo que para este circuito há necessidade de se obter um estudo tendo em conta o concurso.

Chamamos à atenção, que seria também conveniente que o autocarro tivesse uma imagem mais interessante daquilo que existe actualmente em transportes urbanos no Concelho.

Albufeira, 15 ABR2010-

Membros da Assembleia Municipal de Albufeira do

Partido Socialista

Luís Reis
[Assinatura]

Luís Reis - "Para completar a minha intervenção. Na realidade, aqui no processo do dito concurso, na primeira linha art.5º abrigo nas paragens, referencia que o adjudicatário fornecerá e colocará no prazo de trinta dias a partir da data do contrato, em até quinze paragens, abrigos do tipo urbano. No anexo 3, localização das paragens, já



temos vinte e quatro paragens em que a última é o terminal e inicia no terminal. Isto significa que há sete paragens que vão ficar sem abrigos. Continuamos com a história dos abrigos sem abrigos." -----

Presidente da Câmara - "Antes de mais quero cumprimentá-los e pedir desculpa pelo atraso. Sobre esta questão do Giro, isto daria uma Assembleia Municipal apenas para falarmos destas questões. O facto é que, os transportes urbanos de Albufeira, como vocês sabem vão fazer agora seis anos que foram inaugurados, foi em 2004 e no ano passado circularam mais de um milhão e meio de pessoas nos transportes urbanos de Albufeira. Esta questão das Ferreiras, foi uma questão que foi trabalhada e pensada durante muito tempo. Tivemos muita dificuldade em solucionar esta forma para chegarmos às Ferreiras, porque temos na legislação um processo que tem a ver com os transportes colectivos e com as empresas que fazem o transporte no concelho. Não é fácil trazer o Giro à Branqueira ou a Olhos d'Água, por circunstâncias da lei. É um processo que temos procurado dar resposta, ir atrás daquilo que é possível fazer, ajustando os circuitos e fazendo uma série de melhorias. Em relação aos sete abrigos que estão aí referenciados, são sete locais que já têm abrigos. Porque aproveitamos outros abrigos que estão no âmbito dos abrigos dos transportes urbanos. Essa é a razão porque não têm. Também, há locais, por interesse dos munícipes, não é fácil colocar abrigos mas, todos aqueles que é possível colocar abrigos, nós temos. Aliás, nos últimos anos, temos uma sementeira de abrigos pelo concelho, coisa que não existia há anos atrás. Nessa matéria, estamos sempre disponíveis, mas há situações, e quem teve já como vereador do município sabe perfeitamente que nem tudo é fácil de gerir. Para quem está de fora, podemos escrever tudo e até por o Giro até Ponte Barão, mas Ponte Barão não dá. As coisas têm de ser estruturadas, têm de ser pensadas e têm de ser em função das necessidades das pessoas, e em função daquilo que é possível face à legislação em vigor." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----



PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da implantação de Aeródromo no concelho de Loulé - Servidão de Passagem , nos termos da alínea b) do n.º 3 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Paulo Freitas - "Relativamente a este ponto, o PSD, não obstante da importância que numa primeira fase desta proposta se apresenta positiva, depois de devidamente analisada, torna como necessário alguns esclarecimentos face às condicionantes que nos trás relativamente às freguesias de Albufeira, Ferreiras, Olhos d'Água e Paderne. Pensa-se ser necessário que se venha prestar alguns esclarecimentos. Estas limitações e impactos negativos, que apresenta para estas freguesias, especialmente no que se refere às zonas três e quatro! Estas zonas ficam sempre sujeitas a parecer favorável ou autorização prévia vinculativa da autoridade Aeronáutica legalmente competente para a realização de quaisquer obras, instalações e construções, seja qual for a sua natureza; sujeitas ou não a licenciamento municipal, bem como a criação de quaisquer obstáculos, mesmo que temporários, e ainda o exercício de actividades que tenham a ver com construções de qualquer natureza, mesmo que sejam enterradas, subterrâneas ou aquáticas, com alterações de qualquer forma de relevo ou da configuração do solo por meio de escavações ou aterros, vedações mesmo que sejam de sebe e com divisória de propriedades, plantações de árvores ou arbustos, depósitos permanentes ou temporários de materiais explosivos que possam prejudicar a segurança da organização ou da instalação; levantamento de postes, linhas ou cabos aéreos de qualquer natureza; montagem de quaisquer dispositivos luminosos; montagem e funcionamento de aparelhagem eléctrica que não seja de uso exclusivamente doméstico; quaisquer obras, trabalhos, obstáculos ou actividades que possam inequivocamente afectar a segurança da navegação aérea ou a eficácia das instalações de apoio á aviação civil, isto no que diz respeito às zonas três e quatro. As limitações, no que diz respeito à zona oito, ficam sujeitas a parecer favorável da entidade Aeronáutica legalmente competente a execução de quaisquer obras, instalações e construções, seja qual for a sua natureza, sujeitas ou não a licenciamento municipal, carecer de autorização prévia vinculativa da mesma autoridade aeronáutica a criação de quaisquer obstáculos, mesmo que temporários. Em todas as zonas fica expressamente proibido realizar o lançamento para o ar de projecteis ou outros objectos, ou quaisquer outras actividades susceptíveis de por em risco a segurança aeroportuária da navegação aérea, incluindo fogos de artifício, focos luminosos ou outros, bem como o exercício de quaisquer actividades que possa conduzir à criação de interferências das comunicações rádio/avião/aeródromo ou ainda produzir poeiras ou fumos susceptíveis de afectar as condições de visibilidade sem autorização prévia vinculativa da autoridade aeronáutica legalmente competente. Sr. Presidente, considerando que estas limitações afectam as freguesias de Albufeira, Ferreiras, Olhos d'Água e Paderne, na sua grande parte,



propõe-se que: seja criada uma comissão municipal para estudar o assunto; seja remetido às Assembleias de Junta de Freguesia, para que se pronunciem, tomem posição, sobre esta questão, no que diz ao impacto às suas freguesias." -----

Luís Reis - "Quanto a este assunto, temos a dizer que, consideramos inviável esta situação de um aeródromo em Loulé, por alguns factos, que vou nomear. Nós pensamos que este futuro aeródromo, se assim vier a ser concretizado, poderá vir a inutilizar o futuro de Albufeira e, consequentemente, o presente e vindouros PDMs. Todo o futuro crescimento habitacional, social, protecção ambiental, ficará condenado. Falo de Paderne, como poderei falar das outras freguesias que terão de suportar o dito corredor. Paderne e os limites já foram sobrecarregados com as vias rápidas, e penso que quando souberem as freguesias por onde passarão as ditas aeronaves, quando souberem destas imposições e das condicionantes que tal projecto impõe, vão se fazer ouvir, com certeza. Ninguém está, minimamente, a ponderar aceitar uma situação em que se virá a ter um tráfego que, inicialmente, está contabilizado na ordem dos dois mil e quinhentos aeronaves, que poderá ser três mil, isso numa altura de grande densidade de concentração turística, num período relativamente curto, será talvez que as duas mil e quinhentas/três mil aeronaves, andarão aí pelos ares. E não haverá argumento que possa dizer que sim ou que não, de que as aeronaves daqui a dez anos serão cinco mil. São cinco mil aeronaves e fará com que no meio tenhamos uma série de eventos, haverá, com certeza, daqui a dois/três anos, uma rectificação e mais um pedido de aumento de pistas que vai acabar por ser concedido porque as áreas de protecção a este projecto vão condicionar e vão dar abertura para que as pistas sejam maiores. Poderá no futuro até, independentemente ser limitado agora certo tipo de aeronaves com determinadas capacidades, vir a ter aeronaves que comportem maior número de passageiros. Há muitos argumentos, tais como o ruído que toda a população terá que suportar, independentemente de eles andarem no ar, mas há zonas que irão andar mais baixo, a pista de aproximação passa por cima destas freguesias todas que estão aqui mencionadas e, se calhar, quando houver os ventos passa por outro lado. A fuligem e os óleos libertados na passagem destes aviões vão fazer com que os corredores que, permanentemente, tenham que suportar a aproximação destas aeronaves vão ficar desertificadas. É algo impensável neste século que a Câmara de Albufeira possa aprovar uma situação que possa desertificar ainda mais os nossos campos, ainda por cima o Algarve é considerado a zona onde mais a temperatura subiu na última década. Em último, propunha que, não posso propor mas, gostaria mais de ver a construção de um aeródromo deste tipo numa zona mais interiorizada, de maneira a poder criar entre os naturais dessa zona, uma zona mais rica e com mais emprego, de modo a desenvolver zonas mais subdesenvolvidas que tenhamos aqui na zona do Algarve." -----

Francisco Calhau - "E penso que, fica claro na apresentação do projecto e mesmo nos documentos que foram fornecidos a esta Assembleia, pelo menos é essa a ideia do próprio município de Loulé, que as decisões que possam vir a ser tomadas nos concelhos envolvidos através das suas Assembleias, sejam vinculativas. Agora, eu gostaria que ficasse registado em acta que, em nome do PSD, esperamos que o Governo não venha a



declará-lo como projecto de interesse nacional, PIN, para ultrapassar as decisões que vierem a ser tomadas nos municípios envolvidos, através dos órgãos competentes." ----

Adriano Ferrão - "Dou-me por contente em estar a ouvir que, realmente, os elementos desta Assembleia se estarem a mostrar contrários a este projecto, por várias razões que já foram aqui referidas, Contudo, porque muita gente não se dá conta do que são decibéis e eu tenho alguma ideia do que os decibéis representam. Os decibéis que são medidos e aqui apresentados como reduzido ruído, são, na verdade, decibéis que se fossem colocados num veículo de quatro rodas, possivelmente nunca passariam em nenhuma inspecção automóvel. Estamos a falar de 90.2, na aproximação, que é um ruído muito notável, mas mesmo muito notável, e que, sete vezes ao dia, duzentas e dez vezes mensais no mesmo corredor, vai seguramente molestar muita gente. Por outro lado, quando vejo aqui este diagrama que mostra o triângulo de aproximação e descolagem, o ritmo de acelerações são bastante assinaláveis. Também devido ao seu posicionamento geográfico, acho que este projecto nem serve a população decentemente, nem o turismo concerteza. Nós vamos assistindo que na costa mediterrânica, os aeroportos, os aeródromos, estão todos sendo desviados das localidades. Em Lisboa estão a desviar o aeroporto, precisamente para ele ser maior e também para não molestar os habitantes de Lisboa, e aqui aproxima-se a zona do aeródromo de uma zona urbana litoral, aquela com maior densidade populacional e aquela que melhor rentabilidade turística tem. Não faz muito sentido, a não ser que seja para servir algumas elites do concelho de Loulé a custo de outras populações. Também não sei até que ponto serve mesmo pois os turistas de qualidade desejam acessibilidades facilitadas, mas que estas não sejam opositoras da tranquilidade e do seu bem estar. Parece-me um bocado contraditório todo o projecto e quem sofrerá mais serão os concelhos que adjacentes ao próprio concelho de Loulé, no qual nos incluímos, os quais sofrerão igualmente o impacto na desvalorização do património situado no referido corredor de aproximação." -----

Francisco Calhau - "Gostava de completar a intervenção de há bocado dizendo que, não está em causa a questão da importância ou de pôr em causa o aeródromo, em si. O que está em causa são as consequências resultantes para o concelho de Albufeira do alinhamento em que se pretende construir este aeródromo. Estão em causa as condicionantes que se impõem ao concelho de Albufeira. Se olharmos com atenção para o mapa, verificamos que a parte poente do alinhamento, é mais afectada do que a parte nascente. Embora se esclareça que o canal de aproximação que é considerado do lado poente é um canal de aproximação para aterragens. Agora, vale o que vale, depois na prática serão os ventos que irão ditar o que é que se vai passar, como é que se levanta e como se aterra. Não estamos a por em causa, de forma alguma, a legitimidade desse projecto, estamos a dizer é que estamos muito preocupados com os condicionalismos e desta forma não vemos que seja possível dar o parecer positivo, face às condicionantes." -----

Presidente da Assembleia - "Tenho aqui uma proposta apresentada pelo membro Paulo Freitas, que passo a ler (doc.4)." -----

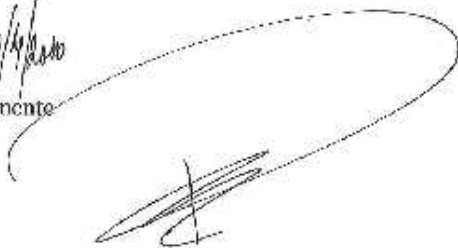


PROPOSTA

(PONTO 5 – Aeródromo de Loulé)

1. "Criar uma comissão para melhor estudar o assunto, sendo o mesmo retirado;
2. Solicitar às Assembleias de Freguesia afectadas que se pronunciem, caso o entendam fazer, sobre a matéria."

20/4/2010
O proponente



(Paulo Pereira)

Presidente da Assembleia - "Isto parece-me que faz sentido porque, eu concordando com a argumentação que aqui foi tecida, das várias formas, todas são, pelo menos à partida, coincidentes no ponto de não quererem que exista dano em Albufeira. Isto é um ponto que deve, de facto, merecer a nossa atenção, com toda a propriedade, e também ao mesmo tempo ver e aquilatar melhor, talvez, sobre esta matéria, uma vez



que, à partida, não me é antipática essa ideia de fazer-se o aeródromo em Loulé. Não me é antipática, desde que não prejudique Albufeira. No momento em que entender que prejudica passa a ser antipática. E é aí que eu acho que, embora à primeira vista a ideia tenha sido simpática, à segunda vista e face aquilo que aqui se vê escrito na própria proposta, com estas limitações todas, de ter parecer da entidade aeronáutica, torna aparentemente a ideia antipática. Talvez fosse melhor que, ouvíssemos também as outras entidades afectadas e no que temos aqui escrito por eles, em especial as freguesias de Paderne, Olhos d'Água, Ferreiras e Albufeira. É bom que estas pessoas também se pronunciem, porque também vão reflectir sobre a matéria. E será bom também que nós tenhamos aqui dentro das nossas bancadas algum trabalho, de se debruçarem sobre isto; fazer mais um pouco de investigação antes de se dar um não redondo com uma justificação que possa ser não muito boa, ou um sim puro e simples com uma justificação que depois nos possa sair cara." -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca proposta do Membro Paulo Freitas a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO MEMBRO PAULO FREITAS -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

O Presidente da Assembleia no seguimento da aprovação da proposta do Membro Paulo Freitas, apresenta também uma proposta que consiste em: "*Que a comissão proposta pelo membro Paulo Freitas seja composta por três elementos a indicar pelo PSD, dois a indicar pelo PS e um pelo BE.*" -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da



Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Se, se seria possível quantificar, no que diz respeito à situação da parte das taxas, pelo Sr. Vice-Presidente, qual foi o aumento. Só para sabermos se houve aumento de taxas ou não." -----

Vice-Presidente - "Em algumas houve aumento, obviamente. Mas, não podemos pensar aqui no aumento relativamente àquilo que eram as taxas que estavam neste momento em vigor. Como sabe, as que estão actualmente em vigor, já estão em vigor há dez/quinze anos, inclusivamente o regulamento de taxas até tinha ainda os valores em escudos. São situações extremamente antigas e, estar a jogar aqui com percentagens de aumento, penso que não leva a nada. No entanto, todo este estudo e todos estes números que foram encontrados agora e que propusemos a fixação de taxas, tiveram em conta um estudo económico feito sobre cada uma das taxas. Este estudo económico tem por base o custo de tudo aquilo que é necessário fazer para que aquele serviço seja prestado ao cidadão, ao mais ínfimo pormenor, nomeadamente, o tempo gasto, o papel gasto, etc. No entanto, algumas delas baixaram até, de acordo com aquilo que foi encontrado como valor de custo, aquelas taxas que se entendiam ser de índice social, por exemplo, logo a primeira, que o custo apurado no estudo dava €57,94 e o valor proposto pela Câmara é €10,00. Outro exemplo, a 1.6.14, do estudo estava proposto €136,91, nós afixamos em €18,00. Há outras que até foram aumentadas, aquelas que precisamente a lei habilitante desta matéria de taxas denomina como desincentivadoras. Em percentagens de aumento, não penso fazer. Acho que é caricato estar a fazer isso, porque as taxas que estavam em vigor neste momento, como sabe, têm quinze ou vinte anos de vigência. Coisas que não são puramente comparáveis." -----

Vitor Clemente - "Muito obrigado pela parte da explicação. Também era compreensível que, de facto, sobre o documento que é vasto no que diz respeito a essa situação da parte de taxas do município, é quase impossível dizer que subimos ou baixamos. O que gostei de ouvir dizer foi que o executivo baixou algumas taxas. Na acta de 25 de Novembro de 2009, acta n.º3, dizia o distinto Membro desta Assembleia Municipal Paulo Freitas "*não há aumento de taxas nem de impostos*". É ele que diz, não somos nós." -----



Paulo Freitas - "Sr. Vitor Clemente, obrigado à locução das minhas palavras. É bom a oposição nos tenha sempre presente. É verdade e não deixa de ser verdade aquilo que eu disse mas, o senhor esquece-se de ler a Lei n.º169/99 para saber quem é que a aprovou e quem é que obriga a Câmara Municipal a aprovar taxas desta natureza. Não é o município, foi o seu Governo. Foi o seu partido na Assembleia da República que a aprovou! Além das obrigações que o município tem que, a contragosto, certamente, faz lançar estas taxas ao município e aos munícipes, certamente não foi para me contrariar nessa acta, certamente terá sido por cumprimento das leis da República, que as têm que cumprir, que contragosto, certamente, as trás aqui aprovadas." -----

Vitor Clemente - "Como se costuma dizer, Sr. Membro Paulo Freitas, "não foste tu foi o teu pai". Não tenho nada a ver com a situação do Governo, sou um cidadão de pleno direito. Aquilo que o Governo da República faz, emite bem. Aquilo que o executivo da Câmara faz, emite bem ou emite mal, à que se votar em maioria, é por isso que existe democracia. Aliás, as palavras foram suas, não foram minhas. Quando agora interpolei o Sr. Vice-Presidente quanto ao que diz respeito à situação taxa, tinha como objectivo aquilo que o meu caro disse nesta Assembleia." -----

Carlos Lima - "Quero pedir um esclarecimento sobre a ocupação da via pública das esplanadas. Digo já que não li o documento, dei apenas uma vista de olhos muito superficial e gostava de saber se aqui a filosofia foi, aplicar uma taxa que fizesse com que não se ocupasse tanto a via pública com as esplanadas, ou foi a filosofia, mais caro para se conseguir arranjar receitas. Eu sei que há esplanadas que já estão à nascença definidas. Aí, qualquer critério que se utilize não vai alterar a ocupação que é feita por esses estabelecimentos." -----

Vice-Presidente - "Esta é uma daquelas de exemplo de desincentivação à ocupação, quase selvagem, digamos assim, da via pública. Sabe-se que, em muitas vezes, os passeios quase que não existem. As pessoas, muitas vezes, abusam daquilo que é permitido e por vezes criam problemas bastante graves, não se limitando minimamente àquilo que se comprometeram, que trataram com a Câmara e que pagam. Foi nesse sentido. Precisamente para se rentabilizar ao máximo aquilo que as pessoas utilizam e não tentar utilizar mais daquilo que muitas vezes necessitam. É o que acontece muitas vezes, como sabe." -----

Carlos Lima - "Eu julgo que, na questão das esplanadas e temos diversos exemplos aqui em Albufeira, que foram marcadas as esplanadas pela Câmara. Penso que é capaz de ter havido uma falta de cuidado e fomos obrigados a ouvir o Sr. Vice-Presidente a dizer que, afinal não há passeios e que as pessoas têm dificuldade em circular, porque algumas são feitas por ocupação abusiva dos comerciantes, outras foi a própria Câmara que definiu as áreas e estou a falar, concretamente, não tanto no jardim mas, mais na Avenida 25 de Abril, que todos sabemos que tem o corredor para passar os táxis e não passa mais ninguém ali. Portanto, as pessoas ou passam pela estrada onde passam os táxis ou vão passar pelo meio das esplanadas. Penso que deveria ter havido algum cuidado nessa demarcação. Não sei se ainda haverá alguma possibilidade de civilizar aquela rua porque, acho que se conseguiu movimentar de uma vez por todas aquela rua,



está boa mas, devia ter havido algum cuidado na extensão daquelas esplanadas, se bem que tenha de haver esplanadas senão aquela rua continuaria sem movimento. Acho que aí a Câmara deveria estar mais atenta e actuante nessas situações.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2009, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, dos documentos de Prestação de Contas do Município respeitantes ao ano de 2009, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira - "Relativamente a este ponto e ao ponto da Prestação de Contas, a nossa posição é, de facto, a posição que vem na sequência do que temos vindo a referir relativamente aos outros orçamentos. O nosso entendimento é, de facto que, as prioridades não estão a ser efectuadas da forma mais correcta e, depois, essa situação verifica-se aquando da Prestação de Contas. Ou seja, a consequência resultante das prioridades verificadas nos Orçamentos reflecte-se depois nesta Prestação de Contas. Verifica-se aquilo que temos vindo a dizer, não só nas Prestação de Contas mas também nos Orçamentos, ou seja, uma fraca exequibilidade do referido Orçamento, que ronda cerca de sessenta e poucos por cento. Verifica-se em determinada altura a preocupação, que é uma preocupação relativa às dívidas a curto prazo e também a médio e longo prazo, que tínhamos já alertado na discussão do Orçamento. E nesse sentido, mais uma vez, focamos aqui a situação referente às prioridades, quanto a nós têm sido desbaratadas. Verifica-se que há um investimento em determinadas áreas de valores relativamente elevados, o que não permite a transferência desses montantes para outras áreas de carência social, que neste momento necessitamos. Isto tendo em consideração investimentos e empréstimos aprovados no ano passado para obras de grande monta que, como já vínhamos referindo e dando indicação, face à situação de crise que se apresentava, era natural que agora viesse a referir que estaríamos com algumas dificuldades para pagamento de dívidas a curto prazo ou mesmo a médio e longo prazo. É nesse sentido que, da nossa parte teremos que votar contra a Prestação de Contas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: cinco (05) Vítor Clemente, Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis. -----

Abstenções: uma (01) Ramiro Fernandes. -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. --

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----



PONTO NONO

Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Albufeira, nos termos da alínea b) do art. 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

Presidente da Assembleia - Relativamente a este ponto, o representante do BE não há escolha, é a Membro Rosário Charrua. Do PSD é a Membro Helena Simões. E do PS? ---
Vitor Clemente - Indica representante (doc.5). -----

4-

Nomeação de representante no Conselho Municipal da Juventude de ALBUFEIRA

O Partido Socialista, representado nesta Assembleia Municipal

Propõe:

Para representante do Conselho Municipal da Juventude

FLORBELA CAIXINHA

Albufeira, 15 de Abril de 2010



Presidente da Assembleia - Penso que, como foram designados um elemento de cada partido, não faz sentido estar a fazer votação secreta. -----

Todos os Membros concordaram. -----

Foram nomeados os Membros, Florbela de Jesus Palma Caixinha, pelo PS, Helena Maria Palhota Dias Simões, pelo PSD e Maria do Rosário Calvino Charrua, pelo BE. -----

Antes do Presidente da Assembleia dar início ao ponto seguinte, os membros, Paulo Freitas, Ana Oliveira, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos e Ana Simões, ausentaram-se da sala, por integrarem a CPCJ. -----

PONTO DECIMO

Apreciação e eventual tomada de posição sobre o Relatório de Avaliação da CPCJ durante o ano de 2009, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vitor Clemente - "Primeiro, é de louvar o trabalho feito pela parte da Comissão. Em segunda análise, no meu entender, eu julgo que isto seja mais para tomada de conhecimento do que votação. Creio?" -----

Presidente da Assembleia - "A deliberação normal, que tem sido tomada pela Assembleia em relação a estes relatórios, sem prejuízo de poder tomar outras posições, mas face ao trabalho que temos verificado até agora ser um bom trabalho e, portanto, merecedor de todo o nosso crédito, decide-se que a Assembleia delibere tomar conhecimento. Eu proponho que a Assembleia delibere tomar conhecimento do relatório." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO PRESIDENTE DA A.M. - TOMADA DE CONHECIMENTO

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Miguel Mesquita, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: oito (08) Paulo Freitas, Ana Oliveira, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Ana Simões e a Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----



PONTO DECIMO PRIMEIRO

Apreciação e eventual tomada de posição, da Inspeção Ordinária sectorial ao Município de Albufeira, nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e propõe que a Assembleia delibere tomar conhecimento e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca a sua proposta a votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DO P.A.M. - TOMADA DE CONHECIMENTO -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: quatro (04) Paulo Freitas, Ana Oliveira, Carlos Lima e a Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DECIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Abastecimento de Água do Município de Albufeira - Alteração , nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----



Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DECIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do regulamento do projecto "Educação no Verão", nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Carlos Lima - "Tenho duas dúvidas sobre este regulamento. A primeira é, quais são os critérios de selecção para a frequência deste projecto? Como é que é feita a selecção? Apesar de achar relativamente barata a comparticipação dos miúdos e atendendo que lhes vai ser fornecido o almoço e o lanche, aquilo que eles vão pagar é muito pouco ou não é nada. E não sendo nada acho que se deveria diferenciar os alunos subsidiados dos outros. Aquilo que é proposto é que, um aluno dito "normal" pague trinta euros, um aluno subsidiado do escalão B pague vinte euros e um aluno do escalão A pague doze. Tendo em conta que a Câmara vai suportar praticamente todos os custos e não está de certeza a contar com esta comparticipação para cobrir os custos, acho que se poderia dar o sinal e alterar um bocado, até aumentar um pouco, ou manter os trinta euros para os alunos sem problemas económicos, mas reduzir para cinco e dez euros os alunos subsidiados dos escalões "A" e "B". Sou de acordo que os alunos subsidiados devem pagar alguma coisa, também para os responsabilizar." -----

Vice-Presidente - "Começando pela última parte da questão, os valores que estão aqui estipulados, são valores de períodos de quinze dias. Aquilo que disse em relação ao escalão "A" e "B" pode, eventualmente, haver alguma discrepância mas, penso que doze euros e meio por quinze dias, não é praticamente nada, independentemente de ser para quem seja. A diferença não estará aí. Que me diga que os trinta euros se calhar para uma pessoa que é filho de um casal que tem um rendimento per capita bastante grande, com certeza que tem alguma razão mas, se fossemos a pensar assim, nos custos para rentabilizar dinheiro, isto não é para ganhar dinheiro, obviamente. E daria para ganhar dinheiro se quiséssemos que isso acontecesse, mas o objectivo não é esse. O objectivo é realmente ter as crianças ocupadas. E não escolhendo o mês de Setembro e já no ano passado fiz a mesma coisa, precisamente para eles estarem com os pais ou avós, para entrar depois na escola de uma forma diferente. Relativamente aos critérios de selecção, normalmente a selecção é de acordo com a condição familiar, se têm pessoas em casa que podem tomar conta, é como os critérios do ATL. O que aconteceu no ano passado foi que, a quinzena de Agosto e a última de Julho, foram as mais procuradas, com um número elevadíssimo de alunos mas não quer dizer que vá acontecer este ano, a experiência ainda é pouca e à medida que os anos vão avançando vão-se tomando características semelhantes." -----

Carlos Lima - Apresenta proposta (doc.6). -----



6.

Proposta

Proposto por o ponto 3 de
 proposta de Regulamento do projeto
 "Educação em União Familiar" a
 seguinte redação:
 Proposta de taxa a ser paga pelos beneficiários:
 a) Refinanc. Geral - 30,00 €
 b) Refinanc. alunos Erc. B - 10,00 €
 c) Refinanc. alunos Erc. A - 5,00 €

Carlos Lima

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca a votação, em alternativa, as propostas da C.M.A. e do Membro Carlos Lima. -----
 Discordando com a forma de votação, o Membro Vitor Clemente sai da sala e não participa na votação. -----



VOTAÇÃO: -----
PROPOSTA C.M.A. - vinte e um (21) votos favoráveis (Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne). -----
PROPOSTA CARLOS LIMA - quatro (04) votos favoráveis (Francisco Oliveira, Florbela Caixinha, Carlos Lima e Luís Reis). -----
 Ausências: uma (01) Vitor Clemente -----
Foi aprovada a proposta da C.M.A. -----

PONTO DECIMO QUARTO

Apreciação e deliberação, por delegação de poderes da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal, do fornecimento contínuo de combustíveis rodoviários, a granel e em postos de abastecimento, pelo período de dois anos, ao abrigo do acordo quadro nº002, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do art. 22º da Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da A.M. coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Vítor Clemente, Eugénia Baptista, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Ana Oliveira, Vítor Vieira, Florbela Caixinha, Carlos Gabriel, Isabel Mateus, Rui Bernardo, Carlos Lima, Pedro Farinha, Helena Simões, Luís Reis, Ramiro Fernandes, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão cerca das 23:40 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida



e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 22 de Abril de 2010 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____
